



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9746

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Resolução

Categoria: Placa de Prata “Alferes José Lopes de Carvalho”

Autoria: Delcinéia Santos Silva

Data: 30/07/2019

Descrição Sumária: RESOLUÇÃO Nº 23, de 15/08/2019. Concede a "Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho" à Defensoria Pública da União de Montes Claros – DPU.

Controle Interno – Caixa: 7M.2

Posição: 32

Número de folhas: 07

RESOLUÇÃO

Nº 23/2019

Especie: PR
Categoria: Plano de Estado
CX: 7M2
Ordem: 32
Nº fls: 05



15.08.2019

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE Resolução Nº 24/2019

AUTOR:

Ver. Delcinéia Santos Silva

ASSUNTO:

Concede a Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho a
Defensoria Pública da União (DPU) de Montes Claros.

MOVIMENTO

1 -- Entrada em 30/07/2019

2 -- Comissão Especial

3 --

APROVADO EM ÚNICA EM 15.08.2019

4 --

5 --

6 --

7 --

8 --

9 --

10 --



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS


Projeto de Resolução 03/2019
Concede Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho

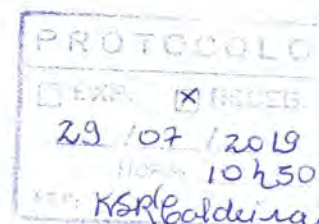
A Câmara Municipal de Montes Claros, e por seu Presidente promulga a seguinte resolução:

Artigo 1º Fica Outorgado a DPU (Defensoria Pública da União de Montes Claros), a placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho em reconhecimento aos relevantes serviços desempenhados a este município.

Artigo 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros - MG 24, Julho de 2019


Delcinéia Santos Silva
Vereadora Néia do Criança Feliz.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE ESPECIAL
EM 30 DE ABRIL DE 2019

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
UNICA
EM 15 DE AGOSTO DE 2019

PRESIDENTE



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM MONTES CLAROS/MG

HISTÓRICO

A Defensoria Pública foi criada pelo artigo 134 da Constituição Federal de 1988 com a missão de garantir o acesso à justiça das pessoas carentes, prestando assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, por intermédio dos Defensores Públicos Federais, a todos aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

A assistência jurídica judicial engloba o ajuizamento de ações, a apresentação de recursos aos Tribunais e a defesa em processos cíveis ou criminais perante o Poder Judiciário.

A assistência jurídica extrajudicial compreende a orientação e o aconselhamento jurídicos, feitos pelo Defensor Público, além da conciliação e da representação do assistido junto à Administração Pública.

A Lei Complementar 80/1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, alterada pela Lei Complementar 132/2009, prevê no seu Art. 1º que

“A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.”

O art. 1º da Resolução 134/2016 estabelece que “o valor de presunção de necessidade econômica para fim de assistência jurídica integral e gratuita, na forma do art. 2º da Resolução CSDPU 133/2016, será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).”

A Defensoria Pública da União tem como **missão** democratizar o acesso à justiça e defender os direitos dos necessitados de forma integral e gratuita para promover a dignidade da pessoa humana.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DA DPU

A atuação da Defensoria Pública da União abrange a competência da Justiça Federal Comum e Especializada e se dirige, em sua maior parte as questões relativas à Previdência e Assistência Social (questões envolvendo benefícios pagos pelo INSS como aposentadoria, auxílio doença, revisão de benefícios, pensão por morte) e ao relacionamento com a Caixa Econômica Federal (empréstimos, financiamentos habitacionais e estudantis), além de outras situações referentes à saúde (necessidade de internação e de medicamentos de alto custo, como remédios para tratamento de câncer).



A DPU também trabalha para garantir os direitos dos grupos vulneráveis específicos, como: comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, vazanteiros, pescadores artesanais, população em situação de rua, regiões fronteiriças, comunidades com alto índice de vulnerabilidade social, etc.

INSTALAÇÃO DA DPU EM MONTES CLAROS/MG

Através do Plano de Interiorização da DPU foi autorizado por meio da Portaria nº 231, de 29 de maio de 2015, a criação de uma unidade em Montes Claros/MG.

Com a assinatura do Termo de Cessão de Uso n. 160-020/2015, entre a União, por intermédio da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais - Seção Judiciária de Minas Gerais e a Defensoria Pública da União, foi cedida uma sala no edifício-sede da Justiça Federal - Subseção Judiciária de Montes Claros, para o início das atividades da DPU em novembro de 2015. A sede definitiva localizada na Avenida Deputado Esteves Rodrigues, nº 1111, Todos Os Santos, foi instalada em agosto de 2016.

QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS NA DPU MONTES CLAROS/MG

A DPU de Montes Claros desde o início de suas atividades em novembro de 2015 até julho de 2019 realizou mais de 3000 atendimentos junto à população de Montes Claros e municípios que abrangem a subseção judiciária de Montes Claros. Cerca de 67 municípios fazem parte da jurisdição de Montes Claros.

DEFENSORES PÚBLICOS FEDERAIS DA DPU EM MONTES CLAROS/MG

A unidade de Montes Claros possui dois defensores públicos federais, o Dr. José Lúcio do Nascimento Neto e o Dr. Rodrigo Braz Barbosa, que exerce atualmente a função de defensor-chefe da unidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

RESOLUÇÃO Nº 23, de 15 de agosto de 2019

Concede Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica outorgada à **Defensoria Pública da União (DPU)**, a **Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho**, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados a este município.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 15 de Agosto de 2019


Vereador – José Marcos Martins de Freitas
Presidente da Câmara


Vereadora – Maria Helena de Quadros Lopes
1ª Secretária

Certidão de Publicação

Certifico, nos termos do Art. 96, da L.O.M, que o(a)

Resolução nº 23, de 15/08/19

foi afixado(a) no Quadro de Avisos localizado no hall do 2º. piso do edifício sede da Câmara Municipal de Montes Claros, em 20/08/19, para se tornar público(a).

Por ser verdade, firmo a presente.

Montes Claros-MG, 20 de agosto de 2019



CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 175/2019**

O Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros (MG), no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Resoluções desta Câmara Municipal nº 15 de 31/08/99, nº 24 de 18/04/2002, nº 125 de 12/12/2006, nas Leis nº 3002/02, 3.074/02, 3.906/08 e posteriores alterações e a Instrução Administrativa nº 01/2019 e 02/2019 deste Legislativo e demais legislações em vigor, **RESOLVE:**

Artigo 1º – Definir a estrutura do gabinete do vereador **Valdecy Fagundes de Oliveira** conforme descrito a seguir: 01 cargo de assessor parlamentar G-134, 143 pontos; 01 cargo de assessor parlamentar G-83, 92 pontos; 02 cargos de assessor parlamentar G-68, 77 pontos; 01 cargo de assessor parlamentar G-55, 64 pontos; 01 cargo de assessor parlamentar G-53, 62 pontos; 02 cargos de assessor parlamentar G-46, 55 pontos; 01 cargo de assessor parlamentar G-42, 51 pontos; 02 cargos de assessor parlamentar G-41, 50 pontos. **Total de pontos: 775.**

Artigo 2º – Alterar, a partir do dia 16 (dezesseis) de agosto de 2019, o nível de vencimento do cargo de assessor parlamentar do servidor José Edmilson Pereira, lotado no gabinete do vereador Valdecy Fagundes de Oliveira, para assessor parlamentar G-83, 92 pontos.

Artigo 3º – Nomear, a partir do dia 16 (dezesseis) de agosto de 2019, para exercer, em comissão, o cargo de assessor parlamentar, nível G-41, 50 pontos, ocupando vaga existente no gabinete do vereador Valdecy Fagundes de Oliveira, a senhora Andréa Almeida Assunção, residente e domiciliada neste município.

Artigo 4º – Por se tratar de cargo comissionado, cuja exoneração se dá "ad nutum", a servidora ora nomeada será exoneração tão logo expire o mandato do vereador que a indicou, ou a qualquer tempo, por ato da Presidência deste Legislativo.

Artigo 5º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação no lugar de costume.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Montes Claros, 16 de agosto de 2019.

JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS
Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 176/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros (MG), no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Resoluções desta Câmara Municipal nº 15 de 31/08/99, nº 24 de 18/04/2002, nº 125 de 12/12/2006, nas Leis nº 3002/02, 3.074/02, 3.906/08 e posteriores alterações e a Instrução Administrativa nº 01/2019 e 02/2019 deste Legislativo e demais legislações em vigor, **RESOLVE:**

Artigo 1º – Definir a estrutura do gabinete do vereador **Idelfonso Pereira Araújo**, conforme descrito a seguir: 01 cargo de assessor parlamentar G-116, 125 pontos; 01 cargo de assessor parlamentar G-101, 110 pontos; 02 cargos de assessor parlamentar G-56, 65 pontos; 03 cargos de assessor parlamentar G-51, 60 pontos; 02 cargos de assessor parlamentar G-46, 55 pontos; 01 cargo de assessor parlamentar G-41, 50 pontos. **Total de pontos: 705.**

Artigo 2º – Exonerar, a partir do dia 16 (dezesseis) de agosto de 2019, a servidora Lillian Gabriela Souza Freitas, lotada no gabinete do vereador Idelfonso Pereira Araújo, do cargo de assessor parlamentar, que exercia, em comissão, neste legislativo.

Parágrafo único: O último dia de efetivo exercício da servidora descrita no caput do artigo 2º foi 15 (quinze) de agosto de 2019.

Artigo 3º – Nomear, a partir do dia 16 (dezesseis) de agosto de 2019, para exercer, em comissão, o cargo de assessor parlamentar, ocupando vagas existentes no gabinete do vereador Idelfonso Pereira Araújo, os senhores a seguir, residentes e domiciliados neste município: Dyone Aparecida Fialvo, assessor parlamentar G-46, 55 pontos e Leandro Nobre Coutinho, assessor parlamentar G-101, 110 pontos.

Artigo 4º – Por se tratar de cargo comissionado, cuja exoneração se dá "ad nutum", os servidores ora nomeados serão exoneração tão logo expire o mandato do vereador que os indicou, ou a qualquer tempo, por ato da Presidência deste Legislativo.

Artigo 5º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação no lugar de costume.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Montes Claros, 16 de agosto de 2019.

JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS
Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO Nº 21, de 15 de agosto de 2019

Concede Título de Cidadão Honorário

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprova e, por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica outorgado ao sr. **Marcio Luiz Simões Utach**, o Título de Cidadão Honorário de Montes Claros, traduzindo o reconhecimento desta Casa Legislativa pelos relevantes serviços prestados a este município, contribuindo sobremaneira para seu progresso e desenvolvimento.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 15 de Agosto de 2019

Vereador – José Marcos Martins de Freitas
Presidente da Câmara

Vereadora – Maria Helena de Quadros Lopes
1ª Secretária

RESOLUÇÃO Nº 22, de 15 de agosto de 2019

Concede Placa de Praia Alferes José Lopes de Carvalho

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica outorgada aos Obedientes da Igreja Universal do Reino de Deus, a Placa de Praia Alferes José Lopes de Carvalho, traduzindo o reconhecimento deste Legislativo pelos relevantes serviços prestados a este município, contribuindo sobremaneira para o resgate de pessoas sofridas e amarguradas para o reino de Deus.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 15 de Agosto de 2019

Vereador – José Marcos Martins de Freitas
Presidente da Câmara

Vereadora – Maria Helena de Quadros Lopes
1ª Secretária

RESOLUÇÃO Nº 23, de 15 de agosto de 2019

Concede Placa de Praia Alferes José Lopes de Carvalho

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica outorgada à Defensoria Pública da União (DPU), a Placa de Praia Alferes José Lopes de Carvalho, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados a este município.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 15 de Agosto de 2019

Vereador – José Marcos Martins de Freitas
Presidente da Câmara

Vereadora – Maria Helena de Quadros Lopes
1ª Secretária

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG

EXTRATO Nº. 296/2019

A Comissão Permanente de Licitação e Julgamento torna público a **RATIFICAÇÃO** do processo abaixo relacionado:

PROCESSO Nº. 0393/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0117/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATIVO JURÍDICO EM PROCESSO INFORMATIZADO E AUTOMÁTICO, no valor de R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais), em favor da sociedade empresária PRIUS REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.361.851/0001-58. Ratificado em 14 de agosto de 2019, Montes Claros/MG, 19 de agosto de 2019.

Priscila Batista Almeida
Presidente – C.P.L.J.

DECISÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 90121/2019
INTERESSADO: WELTON RODRIGUES BORBOREMA

Nos termos do parecer da Procuradoria-Geral e acolhendo seus fundamentos como parte integrante desta decisão, determino a **ANULAÇÃO DA APLICAÇÃO DE QUALQUER SANÇÃO INERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 90121/2019**, por absoluta ilegalidade na sua aplicação.

Comunique-se à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Publique-se.

Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros